

Líderes tentam acordo para reduzir pedidos de destaque

17 OUT 1987

ANC 29
17 OUT 1987

Da Sucursal de Brasília

Os líderes partidários no Congresso constituinte reúnem-se hoje de manhã na sala da presidência da Comissão de Sistematização para tentar um acordo que reduza 90% dos pedidos de destaque na votação do projeto de Constituição. Ontem, às 10h30, reuniram-se, na casa do presidente do Congresso constituinte Ulysses Guimarães (PMDB-SP), os líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP); na Câmara, Luiz Henrique (SC), e no Congresso constituinte, Euclides Scalco (PR), para tentar uma solução que acelere a votação do projeto. A Comissão de



Sistematização tem prazo até o dia 28 para encerrar seus trabalhos.

Segundo o relator-adjunto da comissão José Fogaça, a proposta do relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM), é reduzir para 20% o número de destaques para o resto do texto. "Examinamos cerca de 1.100 destaques, e votamos 140. A maior parte do tempo é gasta em questões de ordem inúteis", disse Fogaça. Ele afirmou também que por enquanto não se pensa no funcionamento simultâneo dos plenários da Sistematização e do Congresso constituinte. "É muito complexo, além de não ser regimental", disse. "Um plenário poderia desmentir à tarde o que o outro aprovou pela manhã", acrescentou. Um recurso que está em estudo é a limitação de dois oradores para cada destaque, um a favor e um contra a emenda em votação.

Secretários estaduais reivindicarão reforma tributária de emergência

Uma reforma tributária de emergência para socorrer Estados e municípios ainda antes da promulgação da nova Constituição estará sendo reivindicada pelos 21 governadores do PMDB que se reuniram sábado, no Rio, e assinaram a "Declaração do Rio de Janeiro".

No final do encontro de sábado, o governador do Rio, Moreira Franco,

42, afirmou que todos os secretários estaduais de Fazenda se reunirão amanhã em Brasília para elaborar uma proposta, que depois será encaminhada pela liderança de uma das bancadas estaduais ao Congresso constituinte. Eles vão sugerir que seja incorporado à Constituição em vigor o texto sobre reforma tributária incluído no projeto constitucional.